

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Pernambuco - SEBRAE/PE**

Demonstrações financeiras

Em 31 de Março de 2018

Conteúdo

Balanços patrimoniais	2
Demonstrações de resultados	3
Demonstrações de resultados abrangentes	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	6
Balanço Orçamentário	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	8

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco - SEBRAE/PE

Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	181	313	Emprestimos e Financiamentos	16	702	-
Aplicações financeiras temporárias(2)	4	46.063	32.493	Remunerações e Encargos	17	578	1.338
Creditos a receber	5	1.613	1.405	Obrigações Tributárias	18	432	278
Numerários vinculados a programas e projetos	6	734	536	Obrigações com convênios e contratos	19	3.340	3.533
Adiantamentos Concedidos	7	633	1.096	Obrigações trabalhistas	20	1.207	1.403
Convênios a executar	8	1.377	1.315	Contas a Pagar	9	1.532	2.656
Creditos com o Sistema SEBRAE	9	6.413	13.925	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	1.532	2.656
Outros Creditos	10	834	897				
Total do ativo circulante		57.848	51.980	Total do passivo circulante		7.791	10.060
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Creditos com o Sistema SEBRAE	9	-	0	Provisões	11	551	561
Depósitos realizáveis	12	-	0	Total do passivo não circulante		551	561
Aplicações financeiras		-	16				
		-	-	Total do passivo exigível		551	561
Investimento				Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	12.859	13.114	Superávits acumulados	21	50.944	39.451
Intangível		-	-	Superávit(déficit) do período / exercício		7.876	11.257
Total do ativo não circulante		12.859	13.130	Ajuste de avaliação patrimonial		3.545	3.781
Total do ativo		70.707	65.110	Total do patrimônio líquido		62.365	54.489
				Total do passivo e do patrimônio líquido		70.707	65.110

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.
Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

José Oswaldo de Barros Lima Ramos
Diretor Superintendente

Aná Cláudia Dias Rocha
Diretora Técnica

Adriana Tavares Corte Real Kruppa
Diretora Administrativa e Financeira

Carminius Souza Pires
Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco
SEBRAE/PE
Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	22	23.322	20.310
Receitas empresas beneficiadas	23	1.800	1.242
Receitas de convênios, Subvenções e auxílios financeiros	24	26	-
Outras receitas operacionais	25	654	626
Total das Receitas		25.802	22.178
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	26	(9.956)	(9.943)
Serviços profissionais e contratados	27	(5.032)	(3.527)
Custos e despesas de operacionalização	28	(2.265)	(1.764)
Encargos diversos	29	(217)	(283)
Despesas com transferências e com programas e convênios	30	(611)	(877)
Despesas com provisões	31	(165)	(53)
Depreciação e amortização		(273)	(302)
Outras despesas operacionais		(67)	-
Total de Despesas		(18.586)	(16.749)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		7.216	5.429
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	32	660	1.085
Superávit (déficit) do período		7.876	6.514

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

José Oswaldo de Barros Lima Ramos
 Diretor Superintendente

Luadias
 Ana Cláudia Dias Rocha
 Diretora Técnica

Adriana Tavares Côrte Real Kruppa
 Diretora Administrativa e Financeira

Demétrius Souza Pires
 Demétrius Souza Pires
 Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco - SEBRAE/PE

Demonstração de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit (déficit) do período	7.876	6.514
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.876	6.514

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.
Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE


José Oswaldo de Barros Lima Ramos
Diretor Superintendente

Adriana Tavares Côrte Real Kruppa
Diretora Administrativa e Financeira


Ana Cláudia Dias Rocha
Diretora Técnica


Demétrius Souza Pires
Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco - SEBRAE/PE
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.506	-	4.726	43.232
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	945	-	(945)	-
Superávit (déficit) do período	11.257	-	-	11.257
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.708	-	3.781	54.489
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	236	-	(236)	-
Superávit (Déficit) do período	7.876	-	-	7.876
Saldo em 31 de março de 2018	58.820	-	3.545	62.365

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


 José Oswaldo de Barros Lima Ramos
 Diretor Superintendente


 Ayra Cláudia Dias Rocha
 Diretora Técnica


 Adriana Tavares Côrte Real Kruppa
 Diretora Administrativa e Financeira


 Demetrius Souza Fries
 Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco

SEBRAE/PE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	7.876	6.514
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	273	302
Baixa de bens	3,00	-
Provisões risco trabalhista	-	-
	8.152	6.816
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	(208)	(1.697)
Numerários vinculados a convênios e programas	(198)	39
Adiantamentos Concedidos	463	-
Adiantamentos de convênios e acordos a executar	(62)	-
Créditos com o Sistema SEBRAE	7.512	-
Créditos com o Sistema SEBRAE de longo Prazo	-	-
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	-
Outros créditos não circulantes	63	(101)
	7.570	(1.759)
Aumento (redução) nos passivos:		
Emprestimos e Financiamentos	-	-
Remuneração e Encargos	(150)	(2.226)
Obrigações Tributárias	(760)	(503)
Obrigações com convênios e contratos	154	(98)
Contas a pagar	(196)	(439)
Obrigações trabalhistas	(203)	(862)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(1.124)	1.277
	(2.279)	(2.851)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	13.443	2.206
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(21)	(124)
Aplicações financeiras em fundos de investimento	16	2
Resgates financeiros em fundos de investimento	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	(5)	(122)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	13.438	2.084
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	46.244	35.386
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.806	33.302
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	13.438	2.084

José Oswaldo de Barros Lima Ramos
Diretor Superintendente

Ana Cláudia Dias Rocha
Diretora Técnica

Adriana Tavares Côrte Real Kruppa
Diretora Administrativa e Financeira

Demetrius Souza Feres
Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.
Layout alterado para padronização das demonstrações no Sistema SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco - SEBRAE/PE

Balanco Orçamentário, em 31 de Março de 2018

Balanco Orçamentário - Sebrae/PE										
Receitas	Período: Janeiro a Março de 2018				R\$ mil					
	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		Δ % (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		Δ % (c/a)	
		Previsão Original (b)	Execução (c)				% (c/b)	Previsão Original (b)		Execução (c)
Receitas Correntes	23.187	105.997	26.505	25,01	114,31	17.191	124.519	18.186	14,6	105,8
Contribuição Social Ordinária-CSO	19.092	76.928	21.963	29	15	9.943	46.916	9.956	21,2	0
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	1.218	16.978	1.359	8	12	3.525	55.091	5.032	9,1	43
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	-	74	26	0	#DIV/0!	1.764	17.140	2.265	13,2	28
Aplicações Financeiras	1.107	3.000	703	23	-	305	837	260	31,1	-
Empresas Beneficiadas	1.144	9.017	1.800	20	57	1.654	4.535	673	14,8	-
Outras Receitas	626	-	654	0	4	-	-	-	-	-
Déficit Corrente	-	-	-	-	-	5.996	-	8.319	-	-
Receitas de Capital	-	-	-	-	-	253	699	20	2,9	7,9
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	124	699	20	2,9	16,1
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	-	-	-	-	-	129	-	-	-	-
Saldo de Exercícios Anteriores	-	20.500	-	-	-	-	-	1.279	-	-
Receitas Totais	23.187	126.497	26.505	21,0	14,3	17.444	126.497	18.206	14,4	4,4
Déficit Total	0	-	-	-	-	5.743	-	8.299	-	-
Total Geral	23.187	126.497	26.505	21,0	14,3	23.187	126.497	26.505	21,0	14,3

José Oswaldo de Barros Lima Ramos
Diretor Superintendente

Ana Cláudia Dias Rocha
Diretora Técnica

Adriana Tavares Côrte Real Kruppa
Diretora Administrativa e Financeira

Demetrius Souza Pires
Contador - CRC - 15.506/O-8-PE

1 - Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Tabaiaras, 360 - Ilha do Retiro Recife – PE.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PE constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Pernambuco, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PE recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- 1) Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco - FACEP;
- 2) Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco - FAEPE;
- 3) Federação da Indústria do Estado de Pernambuco - FIEPE;
- 4) Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco - FECOMÉRCIO;
- 5) Banco do Brasil S/A - BB;
- 6) Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB;
- 7) Caixa Econômica Federal - CAIXA;
- 8) Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional de Pernambuco - IEL /PE;
- 9) Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco;
- 10) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- 11) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Pernambuco - SENAC/PE;
- 12) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Pernambuco - SENAI/PE;
- 13) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco - SENAR/PE;
- 14) Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Estado de Pernambuco;
- 15) Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

Leite *A*

O SEBRAE/PE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade. O Sebrae/PE obteve isenção em todos os municípios onde opera e mantém escritórios.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente "NBC TG") emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da

[Handwritten signatures and initials]

Entidade.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 15 de Abril de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 25). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO estão relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 22). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

Handwritten signature

Handwritten mark

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN estão relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 22).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 24).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 23).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

ibm

A

7-1

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 20)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 14)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Handwritten signature

Handwritten mark

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,73% ao ano
Máquinas e equipamentos	20,43% ao ano
Utensílios e acessórios	12,50% ao ano
Equipamentos de informática	21,43% ao ano
Veículos	16,67% ao ano
Instalações	11,11% ao ano

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (Nota Explicativa nº 14)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 11)

Luís A

215

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 16)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco – SEBRAE/PE é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PE reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PE contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 11)

g. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48,

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27).

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por

exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 29).

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 1,73% a 21,43%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 14).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	3	-
Contas Bancárias (i)	178	313
Aplicações Financeiras (ii)	46.063	32.493
Total	46.244	32.806

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	3	-
Banco do Brasil	153	261
Caixa Econômica Federal	25	52
Total	181	313

Handwritten signature

Handwritten mark

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
		Valor Contábil	Valor Contábil
Banco do Brasil	BB MILÊNIO RENDA FIXA	36.721	23.195
Caixa Econômica Federal	FUNDO INVEST CEF RENDA FIXA	10.503	10.355
Provisão para IRRF (*)		(1.161)	(1.057)
Total		46.063	32.493

(*) refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5. Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	986	765
Cheques e cartão (ii)	879	856
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	(252)	(216)
Total	1.613	1.405

- i. Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.
- ii. Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- iii. Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro nos últimos três anos.

Lucy

3-5

6. Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	734	536
Total	734	536

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do **SEBRAE/PE**, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/PE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 18.

7 - Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários(i)	102	665
Adiantamento a Fornecedores (ii)	531	431
<i>Outros Adiantamentos</i>	-	-
Total	633	1.096

(i) Recursos antecipados a funcionários com desconto em folha de pagamento

(ii) Recursos pagos a fornecedores para desconto em folha de pagamento.

8 -- Convênios a Executar

Os valores a comprovar referem-se a verbas transferidas a parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como despesas de convênios.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênios – ano (2017 e 2016)	11.521	11.521
Convênio – ano (2018)	672	-
<i>(-) Execuções</i>	(10.816)	(10.206)
Saldo	1.377	1.315

11. A

9-5

9 - Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a) Créditos com o sistema SEBRAE
- b) Obrigações com Sistema SEBRAE
- c) Pessoal chave da Administração
- d) Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos CSO a Receber (i)	6.413	-	6.413	13.335	-	13.335
Recursos de CSN a receber	-	-	-	590	-	590
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-	-	-
Total	6.413	-	6.413	13.925	-	13.925

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias – CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 foi recebido no início do exercício de 2018. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2020 e do orçamento de 2018 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

1/12
A
D-1

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição Circulante	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSN a devolver (i)	-	-	-	2.656	-	2.656
CSN a Comprovar	1.532	-	1.532			
Total	1.532	-	1.532	2.656	-	2.656

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-20, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2.017 os acertos contábeis no SEBRAE/PE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	21.964	19.092
Contribuição Social Nacional (CSN)	1.358	1.218
Total	23.322	20.310

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	332	215
Benefícios	11	6
Total	343	221

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – no exercício de 2018, estão descritos na NE 33.

10 – Outros Créditos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos/ caução (i)	432	515
Convênios a receber (ii)	402	382
Total	834	897

- (i) Saldo de créditos de poupança caução.
- (ii) Saldo de receita prevista a receber de convênios.

11 – Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PE como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	-	-	551	561
Riscos Cíveis	-	-	-	-
Riscos Fiscais	-	-	-	-
Total	-	-	551	561

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/PE de nº. 03/2018.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O SEBRAE/PE possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	1.070	746
Riscos Cíveis	-	-
Riscos Fiscais	-	-
Total	1.070	746

12. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
		Valor Contábil	Valor Contábil
Caixa Econômica Federal	Título de capitalização	-	16
Total		-	16

10/12/17 *A*

D-1

14-Investimento, imobilizado e Intangível

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018 e 2017:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Valor em 31/03/2018
Custo contábil					
Terreno	-	6.000	-	-	6.000
Edificações	1,73%	6.812	-	-	6.812
Móveis e utensílios	12,5%	2.726	0,6	(17)	2.710
Veículos e Assessórios	16,67%	293	-	-	293
Máquinas/equipamentos	20,43%	1.836	20	(18)	1.838
Equipamentos de Informática	21,43%	5.711	-	(13)	5.698
Instalações	11,11%	1.614	-	-	1.614
Total do custo		24.992	21	(48)	24.965
Total da depreciação acumulada		(11.878)	(274)	46	(12.106)
Total líquido		13.114	(253)	(2)	12.859

16 – Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados: e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	-	-
Encargos sociais a recolher	683	825
Consignações da Folha de Pagamento	19	27
Total	702	852

100 *A* *D-5*

17 – Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de imposto de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF-folha	280	601
ISS	135	288
INSS-SER- TERC.	50	150
OUTRAS OBRIGAÇÕES	113	299
Total	578	1.338

18 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênio Brasken	13	25
Convênio Ultragas	53	62
Convênio Votorantim	30	-
Convênio AD Dipier	329	190
Outros	7	1
Total	432	278

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

11/12/17 *A*

21

19 Obrigações trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações sobre férias e 13º salário	3.340	3.533

20 - Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	775	888
Cauções e Depósitos	432	515
Outras Obrigações	-	-
Total	1.207	1.403

21 - Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	50.944	39.451
Superávit (déficit) do exercício	7.876	11.257
Ajuste Avaliação Patrimonial	3.545	3.781
Total	62.365	54.489

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

Handwritten notes:
L100 A 2-5

22. Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	21.963	19.092
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	1.359	1.218
Total da receita líquida	23.322	20.310

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF.

23 - Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	681	940
Consultoria	612	227
Feiras	489	71
Palestras	15	2
EMPRETEC	-	-
Outras	3	2
Total	1.800	1.242

Handwritten signature

Handwritten mark

24. Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros.

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/PE.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênios com parceiro	26	-
Total	26	-

25. Outras receitas operacionais

São alocados neste grupo receitas de recuperações e restituições diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	635	582
Outras	19	44
Total	654	626

26. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salário e Proventos	(5.232)	(5.082)
13º. Salário	(493)	(463)
Férias	(593)	(512)
Outros gastos com pessoal	(18)	(1)
Encargos Sociais	(1.919)	(1.906)
Benefícios Sociais	(1.701)	(1.979)
Total	(9.956)	(9.943)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

27. Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutória e Consultoria	(2.526)	(1.442)
Serviços Técnicos e Especializados	(405)	(352)
Manutenção. Segurança e Limpeza	(798)	(845)
Demais Serviços contratados	(1.301)	(886)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(2)	(2)
Total	(5.032)	(3.527)

28. Custos e Despesas de operacionalização.

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de Viagem	(399)	(210)
Aluguéis e Encargos	(506)	(382)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	(340)	(238)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(130)	(174)
Serviço de Comunicação em Geral	(169)	(261)
Materiais de Consumo	(282)	(285)
Demais custo e despesas Gerais	(439)	(214)
Total	(2.265)	(1.764)

Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten mark or signature in blue ink.

29. Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Impostos e Contribuições	(173)	(232)
Taxas	(44)	(51)
Total	(217)	(283)

30. Despesas de Transferência com programas e convênios.

Nesse grupo são registrados os gastos com transferências e despesas com convênios referentes a programas da entidade.

Descrição	Execução no exercício de 2018	Descrição	Execução no exercício de 2017
ARBL – CV 01/2018	(132)	ACIC – CV 02/16	(344)
FIEPE – CV 01/17	(240)	IEL – CV 04/15	(101)
FEMICRO – CV 09/17	(31)		
PORTO DIGITAL – CV 11/17	(60)		
Outras despesas abaixo de R\$ 200 mil	(148)	Outras despesas abaixo de R\$ 200 mil	(432)
Total	(611)	Total	(877)

lww A

D

31. Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações montarias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Rendimentos Financeiros	703	1.107
(-) Despesas financeiras	(43)	(22)
Total	660	1.085

33 Benefícios a empregados pós-emprego

A Entidade é patrocinadora de plano de benefícios de previdência complementar aos seus colaboradores, por meio da entidade SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social.

O Plano de Previdência Complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Variável (CV). O valor de contribuição no período de três meses findo em 31 de março de 2018 foi de R\$ 547 mil.

A Entidade contrata anualmente empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a ser contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

34 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 270, R\$ 14.113 e R\$ 80 para danos materiais não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a Entidade.

	31/03/2018
Risco Operacionais	270
Danos Materiais	14.113
Não havendo lucro cessantes	80

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 5 de maio de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$16 e a importância segurada foi de R\$ 14.463.

Handwritten signature and arrow pointing to the right.

Handwritten mark resembling a stylized 'D' or '5'.

34 - Instrumentos Financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- * Risco de crédito;
- * Risco de liquidez e
- * Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- * Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- * Contas a receber.
- * Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- * Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Luiz A

2-5

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.244	32.806
Numerários vinculados a convênios e programas	5	734	536
Contas a receber	6	1.613	1.405
Outros créditos a receber	7	834	897
		<u>49.425</u>	<u>35.644</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Nota	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	16	702	702	-	-
Obrigações Tributárias	17	578	578	-	-
Obrigações com Convênios e Contratos	18	432	432	-	-
Obrigações trabalhistas	19	3.340	1.340	1.000	1.000
Contas a pagar	20	1.207	1.207	-	-
Obrigações com o Sistema Sebrae	09	1.532	-	-	-
		<u>7.791</u>	<u>4.259</u>	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>

Em 31 de março de 2018, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o sistema SEBRAE, por meio do SEBRAE Nacional, possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Hierarquia do valor justo

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.



35 Balanço Orçamentário

O desempenho orçamentário está relacionado com a dinâmica dos projetos. Observa-se uma realização de 21 % das previsões no período do 1º trimestre do ano de 2018.


José Oswaldo de Barros Lima Ramos

Diretor Superintendente

Adriana Tavares Côrte Real Kruppa

Diretora Administrativa e Financeira


Ana Cláudia Dias Rocha

Diretora Técnica


Demetrius Souza Pires

Contador - CRC - 15.506/O-8-PE